

Tecnologia para o pequeno empreendedor

A tecnologia mudou a lógica do mundo. Passou a mediar relações, reinventar modelos e abrir caminhos

Leonardo Ladeira (*)

O que antes era lento, distante ou restrito hoje acontece com mais agilidade, clareza e alcance. Já impactou a educação, o consumo, a comunicação e a forma de empreender. Agora também está redesenhando a relação entre negócios e estruturas de compra do Estado.

Durante décadas, vender para o setor público parecia uma realidade inalcançável para quem administrava um pequeno negócio. A combinação de editais confusos, exigências excessivas e linguagem pouco acessível afastava fornecedores de menor porte - mesmo aqueles com produtos competitivos e serviços de excelência.

E isso acontecia apesar de micro e pequenas empresas representarem cerca de 27% do PIB nacional, com peso significativo no comércio, nos serviços e até na indústria leve.

Concorrência para todos

Esse panorama começou a se transformar com a chegada de soluções digi-



DAP/Imagens CANVA
retorno consistente e segurança nas relações.

tais voltadas à inclusão. O ambiente online passou a mediar relações antes marcadas por distanciamento e complexidade. Hoje, o microempreendedor pode identificar oportunidades, participar de disputas e acompanhar resultados diretamente de sua cida- de, com poucos cliques. Para quem sempre ficou à margem por falta de estrutura, conectividade ou orientação, representa acesso genuíno.

O crescimento expressivo da presença de micro e pequenas empresas nas compras públicas confirma o que estou falando. De acordo com o Painel de Compras do Governo Federal, a participação de ME/MPE nos processos homologados

saltou de 65,3% em 2022 para 82,6% em 2024.

Mais importante do que a digitalização em si é a experiência construída ao redor dela. Interfaces intuitivas, somadas à análise de dados e suporte eficiente, permitem que o fornecedor compreenda regras, avalie riscos e identifique as licitações mais aderentes ao seu perfil. Com isso, atua com mais precisão, evita prejuízos e aumenta suas chances de êxito.

Dois reflexos nítidos dessa evolução são o estímulo à regularização e o ganho de autonomia por parte dos pequenos. Formalizar-se deixou de ser um peso e passou a representar uma vantagem, especialmente diante de orientações claras,

Ao mesmo tempo, ferramentas digitais bem estruturadas permitem que o próprio fornecedor comande regras, faça escolhas seguras e atue com independência, sem precisar recorrer a terceiros.

Na prática, significa mudança de cenário para quem, até pouco tempo, sequer cogitava brigar com leões para fornecer ao Estado. Com acesso facilitado, linguagem clara e apoio técnico, milhares de pequenos negócios passaram a competir em pé de igualdade. A digitalização, nesse contexto, não apenas remove barreiras: ela acende possibilidades e reposiciona o pequeno fornecedor dentro de um sistema que era distante.

O que quero dizer é que no centro da mudança está algo maior do que eficiência: está a equidade. Ao facilitar o acesso ao maior comprador do país, as soluções digitais tornam o ambiente público mais distribuído. E, quando todos percebem que podem participar com segurança, o jogo muda.

(*) CEO do Portal de Compras Públicas.

O futuro do trabalho: quais as exigências do mercado para os próximos 5 anos?

Segundo especialista da Afferolab, a moeda de ouro será adaptabilidade e foco em competências. O mercado de trabalho passa por uma transformação impulsionada por mudanças culturais, tecnológicas e sociais. A lógica de carreiras lineares e longas permanências nas empresas dá lugar a experiências fluidas, alocação de capital humano por competências e maior rotatividade. A tendência nacional mostra profissionais permanecendo em média, até dois anos em uma mesma companhia, segundo a pesquisa "Mind the Soft Gap" da Afferolab, consultoria de aprendizagem corporativa do Brasil. Essa nova dinâmica exige que as organizações se adaptem e valorizem o que o profissional sabe fazer, para além do currículo.

"Estamos na era da performance crônica, marcada pela pressão constante por entregas e pela valorização do comportamento no centro das

relações de trabalho. Nesse cenário, influência não é mais atribuída por cargo, mas conquistada por relevância e entrega. O desafio agora é equilibrar uma capacitação rápida, mas sem deixar de lado a educação formal", afirma a sócia e Managing Director da Afferolab, Alessandra Lotufo.

Nesse contexto de hiperconectividade e culturas difusas, o modelo de trabalho baseado em habilidades (skill based) ganha destaque. As estruturas organizacionais se tornam mais flexíveis e a progressão de carreira ocorre por meio de desafios e experiências. "As habilidades comportamentais, ou soft skills, como escuta ativa, colaboração e inteligência emocional, tornaram-se essenciais", comenta Alessandra.

Alessandra também aponta que, segundo o levantamento e a dinâmica do mundo atual, profissionais de alta

performance devem reunir competências estratégicas (57%), competências de comunicação (53%) e competências emocionais (51%). "A liderança também se transforma, com a ascensão de profissionais que dominam tecnologia e possuem alta capacidade de adaptação, independentemente da senioridade tradicional", analisa a sócia da Afferolab.

Pilares da alta performance - A especialista aponta quatro pilares para a alta performance neste cenário: Bond (confiança relacional e segurança psicológica), Fit (alinhamento com propósito), Agility (capacidade adaptativa) e Delivery (disciplina de execução). "Nos próximos cinco anos, o futuro do trabalho será definido pela transição de funções fixas para capacidades dinâmicas, exigindo profissionais com aprendizado rápido e atuação flexível em ambientes complexos", conclui a sócia da consultoria.

Cinco razões pelas quais a defasagem tecnológica encarece o serviço público

Bruna Costa (*)

3. Falta de transparéncia dificulta o controle de gastos

Sem ferramentas adequadas de monitoramento, fica quase impossível rastrear em tempo real como os recursos são aplicados. Planilhas estáticas e relatórios manuais atrasam a identificação de desperdícios, enquanto plataformas modernas permitiriam auditoria contínua, reduzindo irregularidades e otimizando orçamentos.

4. Vulnerabilidade digital expõe dados e exige gastos emergenciais

Sistemas抗igos são mais suscetíveis a falhas de segurança, como vazamentos de informações ou ataques ciberneticos. Quando ocorrem, a reparação costuma ser cara e reativa. Investir em tecnologias atualizadas, com criptografia e backups automatizados, prevêria crises e economizaria milhões em danos evitáveis.

5. Manutenção de sistemas obsoletos é mais cara que a modernização

Ajustar softwares defasados para cumprir funções básicas consome verbas crescentes com suporte técnico e peças de reposição. Muitos órgãos públicos operam com softwares isolados, incapazes de se comunicarem entre si. Isso obriga servidores a digitar repetidamente as mesmas informações em diferentes plataformas, aumentando o tempo de execução e a probabilidade de inconsistências.

1. Sistemas desintegrados aumentam retrabalho e erros

Muitos órgãos públicos operam com softwares isolados, incapazes de se comunicarem entre si. Isso obriga servidores a digitar repetidamente as mesmas informações em diferentes plataformas, aumentando o tempo de execução e a probabilidade de inconsistências.

2. Burocracia em papel consome tempo e recursos

Ainda que alguns serviços tenham migrado para o digital, muitos processos internos seguem dependendo de formulários físicos, vistorias presenciais e assinaturas manuscritas.

Cada documento em papel exige armazenamento, transporte e tramitação manual, gerando custos logísticos desnecessários. A digitalização total eliminará etapas, liberando servidores para atividades mais estratégicas.

O Brasil já dispõe de conhecimento e ferramentas para essa transformação, falta priorizá-la. Enquanto adiamos a evolução, continuamos pagando, em dinheiro e eficiência, por uma máquina pública engessada no século passado.

(*) Gerente de Produto da Sogatecnologia, empresa administrada pela Alfa Group, holding brasileira focada em soluções tecnológicas, pesquisa de opinião e inteligência de dados.

Empresas crescem com estrutura, não com improviso no papel da gestão estratégica no lucro real

Jonathan Viana, sócio e diretor executivo da Análise Group, alerta que regime tributário não substitui processos, previsibilidade e gestão organizada. O regime de lucro real, adotado por mais de 184 mil empresas no Brasil, segundo a Receita Federal, ainda gera dúvidas entre empresários que o veem apenas como saída para reduzir a carga tributária. A modalidade, voltada para negócios com receita anual superior a R\$78 milhões ou que atuam em setores obrigatórios, exige estrutura contábil e gestão madura para trazer resultados. Quando implementado sem preparo, pode ampliar riscos em vez de garantir ganhos.

Jonathan Viana, sócio e diretor executivo da Análise Group, conselheiro empresarial e coautor do método MGCI (Maturidade de Gestão Contábil Inteligente), explica que o equívoco

recorrente é enxergar o regime apenas como instrumento fiscal. "O lucro real exige previsibilidade, controle de margem, processos bem definidos e contabilidade orientada à estratégia. Muitos empresários falham porque buscam o regime apenas como solução tributária, sem preparar a gestão", afirma.

De acordo com o Mapa de Empresas do Ministério da Economia, somente em 2024 mais de 935 mil empresas encerraram atividades no país. Entre os fatores apontados pelo Sebrae estão falhas de gestão financeira, ausência de planejamento e informalidade nos processos. O levantamento mostra ainda que organizações com gestão estruturada têm 30% mais chances de sobreviver após cinco anos de operação.

Outro dado relevante é da pesquisa Demografia das Empresas, do IBGE,

que indica que 47,5% das empresas brasileiras fecham antes de completar três anos. O quadro evidencia que improviso e decisões apressadas comprometem a longevidade. "Quando não existe previsibilidade, o empresário se perde entre pagar impostos, controlar estoque e gerir pessoas. O lucro real, nesse cenário, pode virar uma armadilha porque exige disciplina e clareza nos números", reforça Viana.

O especialista destaca ainda a importância de diferenciar regime tributário de gestão estratégica. Segundo ele, não basta calcular tributos com precisão: é necessário que o resultado contábil refita a operação real do negócio. "Lucro não é caixa. Uma empresa pode ter boa movimentação financeira e, ainda assim, prejuízo contábil. Sem indicadores confiáveis, não há como

sustentar decisões de expansão ou corte de custos", completa.

Pesquisas internacionais corroboram esse cenário. O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) aponta que 34% dos negócios fecham por falta de rentabilidade, e não por ausência de mercado. Esse dado reforça a análise de Viana: "O mercado não é o único inimigo da empresa. Muitas vezes, a própria gestão, ou a falta dela, é o fator decisivo para o fracasso".

Além disso, levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a baixa produtividade é um dos maiores gargalos da competitividade no país. Estudo divulgado em 2024 apontou que empresas brasileiras produzem, em média, apenas 25% do que gera um

trabalhador dos Estados Unidos em termos de valor adicionado. Para Viana, o dado reforça a necessidade de alinhar gestão contábil e estratégia empresarial: "Sem produtividade, o lucro real não se sustenta. O que garante competitividade é eficiência nos processos".

Outro ponto de atenção está na complexidade tributária. Segundo o relatório Doing Business, do Banco Mundial, uma empresa no Brasil gasta em média 1.501 horas por ano para cumprir obrigações fiscais, que são um dos índices mais altos do mundo. Esse cenário torna ainda mais crítico o improviso na gestão. "O empresário que não tem estrutura se perde no meio das obrigações acessórias. O lucro real exige controles que só fazem sentido quando há processos sólidos", finaliza Viana.